


Juventudes periféricas e participação política: qual protagonismo nas organizações sociais no Distrito Federal?

Peripheral youth and political participation: which protagonist in social organizations in Distrito Federal?

 Railton Vanes de Sousa *
Urânia Flores da Cruz Freitas **

Recebido em: 15 ago. 2024
Aprovado em: 11 ago. 2025

Resumo: A presente pesquisa teve como objeto de estudo o protagonismo social juvenil em contexto de periferia e as indagações nas possibilidades em colaborar no diálogo e na percepção dos efeitos do protagonismo, da participação política e da mobilização dos jovens na sociedade, teve como espaço de estudo duas organizações sociais (OS) juvenis da periferia de Brasília: uma instituição não religiosa e a outra religiosa ligada à igreja católica. Nesta pesquisa foram analisadas as ações que as organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo juvenil em contexto de periferia. Com isso, fortalecer a discussão a respeito da participação e do protagonismo juvenil, e ainda investigar como e se essas organizações sociais contribuíram com o desenvolvimento do protagonismo e participação política juvenil em contexto de periferia. Optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo e nesse sentido, aplicou-se o modelo de pesquisa bibliográfica, exploratória com o objetivo de conhecer melhor a temática sobre participação e protagonismo juvenil feito por OSs na periferia de Brasília. Nesse estudo, apresenta-se ainda proposições a essas instituições.

Palavras-chave: Juventudes. Protagonismo. Participação política. Organização social.

Abstract: The present research focused on the study of youth social protagonism in a peripheral context and the inquiries into the possibilities of contributing to the dialogue and perception of the effects of protagonism, political participation, and youth mobilization in society. The study was conducted in two youth social organizations (SOs) in the outskirts of Brasília, one of which was a non-religious institution and the other a religious one affiliated with the Catholic Church. This research analyzed the actions that these social organizations have undertaken to contribute to the development of youth protagonism in a peripheral context. Thus, it aimed to strengthen the discussion on youth participation and protagonism, and also to investigate how and if these social organizations have contributed to the development of youth protagonism and political participation in a peripheral context. A qualitative research approach was chosen, and in this sense, the model of bibliographic and exploratory research was applied with the objective of better understanding the theme of youth participation and protagonism carried out by SOs in the outskirts of Brasília. Additionally, the study aims to present proposals to these institutions in this regard.

Keywords: Youth. Protagonism. Political participation. Social organization.

* Mestre em políticas públicas para a infância e juventude pela Universidade de Brasília. Pedagogo, com ênfase em gestão escolar, pela UEG. Especialista em psicopedagogia pela Faculdade Darwin Professor efetivo da SEEDF. Contato: railtonvanes@yahoo.com.br

** Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pelo CEAM/UnB, mestre em Políticas Públicas pela UnB e especialista em Economia do Trabalho pela UNICAMP. Professora da SEEDF e colaboradora da UnB. Coordena o LabPE e realiza pós-doutorado na UnB desde 2020. Membro de comitês e associações voltados a políticas públicas e direitos sociais. Contato: uraniaflores@gmail.com

Introdução

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o protagonismo, a participação política e a mobilização social juvenil em contexto de periferia, uma análise da contribuição das organizações sociais nos debates pertinentes à juventude. A questão que emerge é: analisar quais ações que as organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo juvenil em contexto de periferia, favorecendo a participação dos jovens de forma construtiva e colaborativa na garantia de direitos e investigar como as organizações sociais promovem o protagonismo social e a mobilização juvenil no contexto de periferia, além de apresentar proposições que possam contribuir com o protagonismo e a mobilização juvenil em organizações sociais que desenvolvem suas atividades em algumas regiões administrativas periféricas de Brasília.

É importante ressaltar o trabalho realizado por movimentos e coletivos de juventude nas comunidades periféricas. Aqui se trouxe uma organização da sociedade civil, não religiosa, da Região Administrativa Sol Nascente, que chamamos por organização social 1 (OS1), e uma organização social religiosa ligada à Igreja Católica, que chamamos de organização social 2 (OS2). Ambas realizam um trabalho com projetos sociais junto aos jovens que são atendidos em suas regiões administrativas.

As organizações sociais têm um papel importantíssimo na participação da juventude, o que é respaldado por lei, porém, mesmo com o advento do Estatuto da Juventude, proposto pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Brasil, 2013) e o desenvolvimento de algumas ações em instituições que atendem esse público, é importante observar que alguns aspectos da lei não foram implementados além de serem posteriormente desmobilizados.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, nos orientamos pelas seguintes questões: *Como as organizações sociais que atuam com a juventude têm promovido ou não a mobilização e o protagonismo dos jovens na periferia de Brasília?* Temos por hipótese que as organizações sociais desenvolvem um trabalho que seja voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas. Para responder a essa questão, se utilizou da pesquisa qualitativa com a alegação de Gil (2017) em que esse tipo de pesquisa é de suma importância para o estudo a qual se valoriza as vivências de cada instituição ou ente pesquisado, e assim a interação social é fortalecida. Também se utilizou de pesquisa bibliográfica, exploratória e aplicação de questionário eletrônico enviado por meio de *link*, no qual se buscou refletir a relação desses organismos com a participação social, protagonismo e mobilização juvenil diante de temáticas que são parte do cotidiano desse público.

O que se pretendeu foi abordar questões que tem excluído a juventude dos debates, pois não se pode caminhar sem o jovem ou querer caminhar pelo jovem porque nada deve ser feito sem ele e sempre com ele. Isso não quer dizer que o jovem tenha que deixar o adulto fora de suas discussões, até porque o adulto também deve ser um referencial para fortalecer e fundamentar suas discussões em torno das questões que atingem o jovem.

Argumentos de que jovens e adolescentes não possuem autonomia para indicar caminhos que sejam melhores para si ou o grupo em que convivem não condiz com a opinião de alguns especialistas na área. Souza (2014) diz que essa ideia precisa ser questionada de modo profundo, uma vez que desejamos compreender como atuar pedagogicamente junto às múltiplas adolescências brasileiras.

É com esse olhar que se faz necessário um debate profundo sobre as questões dessa população em vulnerabilidade. Mesmo tendo em nosso país estatutos que os defendam e pretendem lhes dar garantia de bem-estar social, se faz necessária uma profunda reflexão quanto a isso. Este debate é urgente e igualmente de grande relevância na contribuição para o protagonismo social, a participação política e a garantia de direitos da população juvenil da periferia.

A fim de responder à questão de pesquisa, o estudo tem como objetivo geral analisar quais ações as organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo juvenil em contextos de periferia, favorecendo a participação dos jovens de forma construtiva e colaborativa na garantia de direitos. De forma específica, busca-se investigar como essas organizações promovem o protagonismo social e a mobilização juvenil nesse contexto; analisar se o trabalho por elas desenvolvido contribui para a participação juvenil no âmbito das políticas públicas; e apresentar proposições que possam fortalecer o protagonismo e a mobilização juvenil no local estudado.

Dessa forma, a pesquisa, de caráter investigativo e propositivo, pretendeu abrir espaço para conhecer e refletir sobre a situação da juventude da periferia, investigando a contribuição dessas organizações no propósito de favorecer que atores e atrizes se tornem protagonistas, participantes e mobilizadoras das ações em seu bairro num exercício diário da democracia.

Metodologia

Para contribuir com essa questão, optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo que conforme Demo (1995, p. 96), “a dimensão qualitativa também é algo objetivo, porque é um dado histórico, mas é o reino mais próprio da conquista humana, sobretudo se fizermos coincidir com o processo participativo”. Nesse estudo, utilizou-se do caminho metodológico da pesquisa

bibliográfica que, segundo Severino deve “partir sempre do mais geral para o mais particular e do mais recente para o mais antigo” (2014, p. 82) além de questionário *online* encaminhado às organizações sociais. Os dados produzidos foram analisados de forma tal que essa pesquisa possa colaborar com estudos futuros e trazer uma base para outras investigações mais profundas dentro dessa temática.

Para a evolução dessa pesquisa, cujo objetivo foi analisar quais ações que as organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo, participação e mobilização juvenil em contexto de periferia, favorecendo a participação dos jovens de forma construtiva e colaborativa na garantia de direitos, foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa valoriza as subjetividades de todos os envolvidos como parte do processo investigativo, contribuindo para a explicação e compreensão do objeto de estudo e favorecendo a produção de conhecimento e ações. Além disso, permite identificar de que forma nossas percepções, a partir das respostas das organizações, revelam estratégias voltadas à motivação do protagonismo e da mobilização juvenil na garantia de direitos.

Nesse sentido, utilizamos de pesquisa bibliográfica, exploratória que segundo Gil (2002, p. 32- 33),

[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet [...] e a exploratória têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2002, p. 32-33).

A metodologia aqui definida quis encontrar fidelidade diante da caminhada dessas organizações sociais a partir de suas colocações em documentos e no questionário exploratório que, ao ser respondido, colaborou para atender os objetivos aqui elencados. O questionário, segundo Gil (2017), “consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos das pesquisas em itens bem redigidos”. Nesse contexto, Demo (1995) salienta Demo,

O conhecimento científico é fundamental, mas instrumental e somente se torna útil à comunidade se for digerido por ela como autodiagnóstico; ideias podem vir de fora, desde que se tornem de dentro; usam-se técnicas formais de levantamento empírico que nada têm a ver com empirismo; levantamento científico bem feito só ajuda, embora nunca esgote a realidade e o problema. (Demo, 1995, p. 237).

Com isso foi relevante trabalhar para que esse levantamento científico contribua no desenrolar dessa pesquisa, abrindo possibilidades dentro das organizações sociais aqui investigadas, pois a nossa intenção é poder colaborar na tomada de consciência, em sentido político e prático, como também apresentar proposições que possam contribuir com o protagonismo, a mobilização e a participação social.

Importante trazer a relevância da coleta de dados, nesse caso, por meio de questionário via *Google Forms*, para colaborar no direcionamento da pesquisa, mesmo sabendo das limitações desse instrumento. Para Gil (2017), há que se considerar que, em virtude de suas características, o formulário tem alcance limitado, não possibilitando a obtenção de dados com maior profundidade, mas que não nos tirou as possibilidades de conhecer um pouco dessas organizações com seus objetivos de ação e intervenções dentro da realidade de seus organismos juvenis, tais como estavam também em documentos estudados como o Manual de Orientação das Comissões de Jovens da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) no Brasil, 2024 e site oficial das instituições.

Assim, toda essa dinâmica contribuiu com a nossa perspectiva de proposições e identificação das estratégias usadas por essas organizações investigadas para realizar o protagonismo, a participação e mobilização juvenil na efetividade em sua forma de agir e em resultados que atendessem as necessidades das juventudes de periferia.

As etapas que foram realizadas para colaborar na análise dos dados foi o levantamento bibliográfico e o envio de questionário eletrônico por meio de *link* para cada organismo pesquisado com a intenção de, com os dados coletados, contribuir na aquisição de conhecimento científico acerca do protagonismo, participação e mobilização dos jovens.

A análise foi realizada respeitando as informações prestadas pelos organismos através dos questionários respondidos pelas organizações sociais, pois segundo Demo (1995), o pensamento nunca esgota o pensado: a realidade analisada é sempre mais rica que a análise e passou-se para a construção de proposições a partir das respostas analisadas.

Portanto, a realidade inserida nessas organizações sociais deve ter um interesse maior em trazer essa juventude para protagonizar dentro de sua participação social na cidade onde vivem, por isso cabe aqui saber um pouco mais sobre a trajetória dessas instituições.

Juventude e protagonismo: autonomia, participação e políticas públicas

Discutir o protagonismo juvenil é uma demanda social cada vez mais presente no cotidiano dessa população. Como afirmam Silva e Ximenes (2019, p. 13), “o

protagonismo juvenil, pela via da autonomia, constrói-se coletivamente, com o fortalecimento da identidade do jovem, da ação ativa do sujeito, da capacidade de tomada de decisões e de seu compromisso social". Essa autonomia fortalece o trabalho das organizações sociais e possibilita um entrosamento entre os jovens que ali atuam, mas que nem sempre desembocam em políticas públicas, pois segundo Sander (2010), "ao mesmo tempo em que o agente tem a autonomia de decidir e fazer o que considera importante, ele estabelece uma relação de dependência em relação ao espaço social e aos outros agentes." (Sander, 2010, p. 5).

A autonomia na ação juvenil se manifesta nas lutas por democracia e por políticas públicas voltadas à juventude, evidenciando que esses jovens são sujeitos de direito. Como aponta Sander (2010, p. 5), "é através da participação e das formas como ela se dá que os sujeitos vão constituindo a sua própria identidade, seja enquanto pessoas ou enquanto cidadãos". Mesmo em períodos de repressão e de restrição à liberdade de participação, esse engajamento não se perdeu. Pelo contrário, como lembram Butler e Princeswal (2012), é preciso valorizar essa participação e estimular o impulso natural de expressão do protagonismo juvenil.

A participação da juventude é muito importante para que muitas transformações aconteçam. Butler e Princeswal (2012, p. 108) dizem que essa participação está diretamente ligada às questões de liberdade e do bom uso da democracia:

Ao partimos do pressuposto de que a participação "formal" está diretamente - mas não exclusivamente - relacionada com o grau de democracia vivenciado no país, podemos apontar que, historicamente no Brasil, diversas foram as formas instituídas para coibir a participação da população (Butler; Princeswal, 2012, p. 108).

A participação política faz o protagonismo acontecer, por isso a importância dessas organizações sociais buscarem uma formação política para conhecer e se ter a criticidade necessária para agir em busca de seus direitos, pois, como traz Dayrell (2003) "pouco se pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos", (Dayrell, 2003, p. 51) e ações que fortaleçam seus discursos em busca dessas políticas para os jovens. A ideia é tirar esse público da margem e os colocar nos centros das discussões e debates como protagonistas e não meros coadjuvantes. Silva e Ximenes (2019) trazem que "Existem diversos modos e mediadores da participação política, não só aquele modo que persiste no imaginário social do jovem que faz reivindicações coletivas e manifestações públicas" (Silva; Ximenes, 2019, p. 5)

Dentro da caminhada dos jovens que vivem na periferia de Brasília, muitos deles encontram nas ruas da cidade possibilidades de se envolverem em projetos como os ofertados pela OS1 e a OS2. Atividades como as oficinas de *hip hop* e batalhas de rimas são exemplos que colocam o jovem junto com seus pares diante de interesses comuns.

Esse interesse comum é uma das características dessa juventude que busca ser protagonista em seus bairros e a participação em seus organismos é uma alternativa possível para inserção na sociedade. Segundo Sander (2010, p. 5), "nessa perspectiva, a participação é um meio para conseguir apresentar e alcançar seus interesses. Ela se concretiza e se compreende através de ações que cada cidadão pode fazer para atingir objetivos políticos. Ou seja, "tomar parte" e "ser parte", não perdendo o foco na progressão a partir da participação e a inclusão deles nos afazeres das instituições as quais fazem parte são chaves que abrem portas para um mundo de sucesso, mesmo para a OS2, que é um organismo ligado a uma instituição religiosa.

Também se pode dizer que a religião tem bastante influência na organização dos jovens que vivem em periferia, pois muitos começam sua socialização, encontros e a formação da opinião dentro desses grupos que despertam diversas lideranças, além de muitos começarem a despontar dentro de uma caminhada política. A partir daí também começam a discutir a importância da construção de políticas públicas de juventudes com uma forma participativa e com diálogo.

Diferentes pesquisas afirmam que a religião é o principal espaço de encontro/socialização dos jovens. Assim, penso que dentro de uma perspectiva de construção de Políticas Públicas de Juventudes de forma participativa, em que haja envolvimento direto dos e das jovens, o espaço das religiões é foco obrigatório de se procurar diálogo, de se buscar reverberação (Fonseca, 2007, p. 4).

Toro e Werneck (1997) argumentam que não basta ver a participação como forma de mobilização, mas que a mobilização social é também meta e meio e não um prognóstico e devem fazer parte dessas instituições. De acordo com Fonseca (2007), embora se vislumbre a participação desses grupos religiosos em ações que tratem dos direitos da juventude, da importância da mobilização, protagonismo com vistas a políticas públicas, muito pouco se tem visto sobre a motivação dos líderes religiosos nessa perspectiva, o que pode levar a juventude a um estado de alienação e desinteresse pelas questões públicas e de extrema relevância ao público jovem.

Fonseca (2007) assim descreve:

Temos uma massa de jovens organicamente constituída e que, boa parte, encontra-se alienada do processo das Políticas Públicas de Juventudes. É fato que alguns grupos religiosos

precisam fazer seu dever de casa. Entre evangélicos, discute-se a viabilização de um espaço, uma espécie de Fórum Evangélico de Juventudes, para uma atuação mais ativa neste diálogo/processo. Já a Pastoral de Juventude, ligada a Igreja Católica, têm adotado há alguns anos o tema das Políticas Públicas de Juventude como central em sua formação e discussões, desenvolvendo importantes iniciativas e provendo atuantes quadros. Outros grupos religiosos também têm feito esse trabalho, mas também cabe às organizações não-religiosas e ao Estado visualizar e incluir as organizações e grupos ligados às religiões. Estes grupos têm potencialmente grandes possibilidades de efetiva participação. É um diálogo que pode ser difícil e demorado, mas que não pode ser dispensando quando se fala em Políticas Públicas de Juventude, construção de autonomia e Cultura de Paz (Fonseca, 2007, p. 4).

Ao trazer a OS2, movimento ligado à Igreja Católica, se percebeu a relevância de sua participação no meio da comunidade, porém em muitas ações, eles ainda se voltam praticamente para as questões de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade, reforçando o pensamento de Fonseca (2007), na questão de alienação no processo das políticas públicas.

Independentemente da atuação dessas organizações de juventude como a OS1 ou a da OS2, a violência também tem sido um fator que tem imposto dificuldades para o engajamento dos jovens de periferia, porque distancia a perspectiva de dias melhores e atinge principalmente homens pobres e negros que sentem na pele a opressão e a exclusão.

A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos a economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente [...], são, sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva (Soares, 2004, p. 130).

Não se discutir a violência que sofre a juventude é ignorar a relevância de ações que possam levá-los a participar com efetividade da luta por seus direitos, pois a violência os distancia da participação política e social e, principalmente, a violência entre eles como nos contextualiza Oliveira (2017, p. 4), “a violência entre o segmento juvenil tem crescido de forma vertiginosa, demonstrando a necessidade de interferência do governo com ações voltadas para a sua prevenção. Nesse sentido, é preciso ressaltar que os jovens tanto são vítimas, quanto praticantes da violência.”

Ressalta-se ainda que essa violência distancia a juventude de espaços que contribuem para que possam debater as questões das políticas públicas e de sua participação política na sociedade, haja vista que a violência não é algo só da juventude, mas que está encarnada na sociedade. Como nos diz Sander (2010, p. 2):

Na atualidade, a fase da juventude muitas vezes vem associada a muitos fatores negativos (como criminalidade, violência e drogas), há uma tendência de apresentá-la como se não fosse parte da sociedade. Fala-se de juventude como se ela não fosse parte constituinte da sociedade, com a intencionalidade implícita de atribuir esses fatores negativos apenas à juventude e não à sociedade como um todo, o que é, obviamente, um equívoco (Sander, 2010, p. 2).

Ainda vemos algo bem agravante na periferia: a violência contra a juventude negra os coloca mais distante ainda de ações positivas e protetivas. Como nos apresenta Bento e Beghin (2005, p. 194), esses jovens são as “principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, e ainda os jovens negros lideram o *ranking* dos que vivem em famílias consideradas pobres”, que em sua maioria, estão na periferia das grandes cidades.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasil, 2023) traz no *Atlas da Violência* que: “Em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. No Brasil foram 36.922 casos de homicídios de pessoas negras em 2021 e no Distrito Federal, a cada 1.000 habitantes. 304 eram pessoas negras”. O descompromisso com a juventude está comprometendo o futuro da nação.

Tudo isso reflete diretamente nos jovens que estão em periferia. Segundo o *Almanaque do Participatório* 2013-2014 (Participatório, 2013), 47% dos jovens veem o apoio do governo como importante para a garantia de direitos, participação, protagonismo, mobilização e desenvolvimento de políticas públicas em seu favor. Por isso, é muito importante espaços que possibilitem a juventude de periferia o acolhimento e a formação. E essas organizações sociais poderão ser esse espaço de formação, de preferência, em tempo integral, para poder produzir efeitos positivos na vida desse público e quem sabe protegê-los de violências diversas, porque toda essa violência impede a participação e o protagonismo da juventude de fato aconteça. Lugares que colaborem na prevenção, formação política, ideológica, elaboração de políticas públicas e de educação com a participação real da juventude.

Mobilizar as juventudes é uma forma de nutrir as perspectivas que validem suas vidas e fortaleçam sua luta por garantia de direitos e se organizem em diversos espaços desde coletivos temáticos a grupos de jovens ou movimentos de rua na perspectiva de trabalho conjunto como se pontua no *Almanaque do Participativo*: “A participação e mobilização nas ruas e ações diretas são vistas como a forma mais potente para melhorar o Brasil” (Participatório, 2013, p. 37). A periferia tem sido o *lôcus* de grandes ações e coletivos que abraçam a juventude de maneira a acolher suas demandas e anseios. Não importa

se o espaço é a escola, a rua, a igreja ou a comunidade nos quais os jovens estão inseridos. A perspectiva é que sejam espaços de construção de conhecimento, participação, mobilização, protagonismo e de debate sobre a proteção contra a violação de direitos, a proposição de políticas públicas, a emancipação da juventude e o fortalecimento de parcerias.

Nos casos citados, é importante voltar o olhar para espaços que possibilitem o protagonismo e a participação nas quadras das regiões administrativas do DF como uma possibilidade de melhorar a mobilização de jovens. Apresentamos algumas organizações sociais que desenvolvem ações de assistência e atendimento à população jovem nas áreas de cultura e esportes, com o intuito de incluir o jovem na participação da vida em sociedade como ator e atriz principal na luta por direitos.

A juventude quando participa vem como um exponencial de protagonismo e mobilização como característica própria que, segundo Dayrell (2005, p. 34), é uma “condição social e uma representação” no potencial e na força de ser, demonstrando a capacidade de transformação de um povo.

Importância da participação das organizações sociais e dos movimentos que atuam com os jovens

A participação das organizações sociais e dos movimentos de juventude tem um valor muito significativo em se tratando de reunir a população jovem em torno de interesses comuns, de reconhecimento entre seus pares e fortalecer essas organizações é tarefa da sociedade civil. Segundo Tilly (2010), esses movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. A participação de diversos segmentos da sociedade, cada um com sua representatividade e significados que tenham um objetivo comum e que de alguma forma acreditam na força que vem do coletivo.

Como os jovens estão em toda parte e em diversas situações, se pode dizer que essas diferentes realidades possibilitam um debate interessante dentro dessas instituições da sociedade civil sobre as demandas que afligem a juventude e refletir sobre essas situações e os desafios desses movimentos diante da sociedade civil.

Importante perceber que cada organização social ou movimento tem sua própria história, interesses e objetivos. Tilly (2010, p. 142) nos diz que os movimentos sociais não se referem a qualquer ação popular referem-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas.

São essas práticas comuns de cada organização que delimitam seu espaço de atuação. A respeito disso, se pode falar que a OS2, ligada à Igreja Católica, por exemplo, traz em suas diretrizes, ações que coadunam com

a perspectiva de seu fundador missionário, Vicente de Paulo, que se conceitua como uma associação de cristãos comprometidos, que procuram viver a fé pelo testemunho da caridade para com os pobres, e esse interesse comum é o que os faz ter uma perspectiva de ação na comunidade de periferia onde estão inseridos, segundo a Escola de Capacitação Antônio Frederico Ozanam – Sociedade São Vicente de Paulo - ECAFO SSVP (2022).

Numa caminhada com os jovens da região administrativa do Sol Nascente (DF), a OS1 traz em sua forma de lidar com a população jovem um pouco diferente da OS2, eles se mobilizam por meio de ações que estão dentro do aspecto da cultura, do esporte e de participação de eventos sociais como o *Top Cufa DF* e a *Taça das Favelas Brasília* como estratégia de alcançar seus objetivos e atender o jovem de periferia, como foi apresentado pelo jornal Correio Braziliense (2018), sobre essa OS1:

é uma organização sem fins lucrativos que atua com a colaboração de voluntários e parceiros que se identificam com a causa, suas ações se apresentam muitas vezes na forma de esporte e cultura e têm também trabalhado com as questões de empreendedorismo com o objetivo de colaborar na autonomia financeira dos jovens que frequentam o organismo. Esse instituto desenvolve ações como a “batalha de ideias” que envolve jovem de 15 a 20 anos para fazer rimas, também agrega o time de futebol Sol Nascente Futebol Clube (Correio Braziliense, 2018).

E Tilly (2010) nos coloca o que realmente constitui esses organismos que devem ir para além das ações, pois seu papel na sociedade deve levar para além de seus interesses: a atender as demandas públicas apresentadas por esse público juvenil e sua população.

O que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos. Mesmo que alguns entusiastas se dediquem dia e noite ao movimento, o grosso dos participantes se move alternadamente entre a apresentação de demandas públicas e outras atividades, incluindo o trabalho cotidiano de organização que sustenta uma campanha (Tilly, 2010, p. 137).

É nesse contexto que as organizações sociais e os movimentos têm um papel relevante diante da juventude de periferia que busca dar voz e vez a atores e atrizes com o intuito de evidenciar o papel protagonista dos jovens, em sua maioria inseridos nessas organizações sociais. Cabe aqui evidenciar que dentro dessas instituições que participam desse estudo, segundo nos apresenta seus representantes, em resposta ao formulário eletrônico, traz na maior parte de seus membros, pessoas pretas ou pardas, o que nos leva a querer entender um pouco mais sobre a população juvenil negra no DF.

As organizações sociais em suas ações voltadas para a juventude de periferia

A partir dessa pesquisa foi possível conhecer parte do cotidiano das organizações sociais que trabalham com a juventude de periferia e analisar como o protagonismo, a participação política se faz presente em seus modos de vida, considerando as categorias juventudes, protagonismo, participação política e organização social.

Tratou-se aqui de responder como as organizações sociais que atuam com a juventude têm promovido ou não a mobilização e o protagonismo dos jovens na periferia de Brasília, pois acreditamos hipoteticamente que essas organizações sociais desenvolvem um trabalho que seja voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas. Lançamos mão de suas respostas dadas ao questionário para corroborar na resposta a essa questão.

As organizações sociais da sociedade civil desempenham um papel muito importante nas possibilidades de reunir jovens e desenvolver atividades que os mobilizem para ações que fortaleçam o desenvolvimento das juventudes. O projeto da OS1 que desenvolve suas ações no DF e trabalha com ações voltadas a população onde atuam e creem que realizam essas ações como ato político. Para realizar suas ações possui vários parceiros que colaboram no desenvolvimento das atividades da associação, mas vive basicamente de doações e do voluntariado.

Assim também a OS2, que surgiu nas regiões administrativas do DF com o olhar dos padres locais percebendo a necessidade de ver a juventude local comprometida com as causas sociais e com o objetivo de levar dignidade às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, em situação de abandono, à margem da sociedade e sem acesso a equipamentos públicos que lhes dessem qualidade de vida.

Identificou-se que nessas organizações as suas falas apresentaram certa experiência na ação com a juventude e justificaram a importância de se procurar demonstrar que todos fazem parte e devem se sentir importantes e potencialmente prontos e de que não estão sozinhos na caminhada, conforme responde o entrevistado da OS1 no formulário compartilhado:

Sim, pois desperta o senso de pertencimento e quebra alguns paradigmas em relação a eles mesmos de pensar que não podem ou não são capazes e eles sentem que tem alguém ali ao lado deles que também acredita neles.

Isso nos revelou a importância que a instituição atribui ao papel de suporte aos jovens, de acordo com sua própria concepção. No entanto, percebemos a necessidade de que compreendam a força da juventude em assumir o protagonismo, como aponta “protagonismo juvenil

parece designar certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista – ou o ator principal – no desenvolvimento do país, da chamada comunidade e do seu próprio” (Souza, 2009, p. 3): A OS2 apresentou uma fala que ilustra melhor sua atuação junto aos jovens, mas que não se caracteriza como protagonismo e sim como serviço caritativo, conforme eles próprios definiram: “trabalhos de caridade”.

Assim, a resposta não contemplou nossa questão sobre o entendimento de protagonismo. Nessa vertente, as organizações da sociedade civil de juventude têm trabalhado em várias ações que partem na direção do movimentar-se junto a um objetivo comum e procuram assim promover ações. Nesse sentido, e a OS2 salienta no formulário a “ação social com pessoas em situação de rua”, como motivadoras de participação juvenil, diz também que: “são os encontros anuais da juventude de Brasília que é o fórum que acontece a cada dois anos, reunindo jovens vicentinos católicos do Brasil inteiro em Minas Gerais. Geralmente as oficinas que mais despertam interesse são as que abordam temáticas de liderança e carisma”. Isso não quer dizer protagonismo para a participação nas políticas públicas.

Analisamos, porém que essas ações não caracterizam protagonismo ou participação política da juventude na luta por políticas públicas isso vai ao encontro de sua emancipação diante das situações de vulnerabilidade.

Investigar e analisar as ações das OSs sob a perspectiva da participação política, do protagonismo e da mobilização nos permitiu, inicialmente, compreender algumas movimentações realizadas por esses organismos em suas atividades. A entrevista realizada de forma *on-line* nos ajudou a refletir criticamente sobre a realidade em que as OSs estão inseridas.

Sendo uma ação respaldada por lei, buscou-se apresentar as respostas das organizações entrevistadas e assim se buscou estudar dentro das suas falas palavras-chave que identificam a prática dessas instituições, suas respostas e o concreto vivido, demonstrando assim as formas de agir diante da realidade de cada organização e sua participação junto às juventudes. Para Silva e Ximenes (2019, p. 10), “A participação dita cidadã requer uma atuação social e política, de modo consciente, em que a mudança social seria fruto da atividade do jovem, da empresa ou da organização.”

Realizou-se o questionamento às organizações quanto à participação, mobilização e protagonismo da juventude e nos levou a uma reflexão de que as organizações trabalham numa ação caritativa e isso nos apontou para a necessidade de propor formação sobre participação política nas linhas de seus objetivos organizacionais.

A partir das respostas emitidas pelas organizações da juventude, como *corpus* estabelecido, elaboramos um quadro das falas dos participantes. Com esse

entendimento, buscou-se analisar os dados apresentados nas questões respondidas pelas organizações, que fizeram parte desse estudo com o intuito de edificar e apontar alternativas dentro do protagonismo, participação e mobilização dos jovens de periferia.

A partir da análise dos dados, constata-se que o protagonismo, o direito de escolha, e a ação prática dentro dessas instituições se percebe que suas ações não favorecem a implementação de políticas públicas ou participação política com a juventude e uma forma de torná-los parte de ações que fortalecem e despertam a liderança. Com esse levantamento, podemos afirmar que as atividades em grupo são as que garantem a maior participação dos jovens nas organizações pesquisadas. O ato de falar, escolher, liderar e participar abre caminho para que a organização efetivamente realize suas ações. É importante destacar que, quando os próprios jovens participam ativamente em atividades como futebol ou ações sociais, eles se mantêm engajados e assumem um papel de atores e atrizes na sociedade. No entanto, segundo os conceitos apresentados neste estudo, essas ações não configuram participação política nem protagonismo juvenil.

Os organismos trouxeram suas colocações diante de suas perspectivas e realidades ao tema questionado a cada um deles. A OS1 comenta que o uso da metodologia aplicada na organização favorece o protagonismo de seus membros porque tem em suas linhas de trabalho a importância do desenvolvimento da liderança. Mas sabe-se que liderança não é sinônimo de protagonismo, pois liderança segundo a Fundação Educar “é a capacidade de liderar um grupo” (Fundação Educar, 1989, p. 27).

Por isso, ao ver o pensamento dos representantes das organizações de juventude, se percebe na fala que só entendem participação política o ato de atender as pessoas com ação social de assistência às famílias em situação de vulnerabilidade, quando na realidade é fundamental a busca para tratar da formação de seus membros nesse campo da participação juvenil na política como caminho para consolidação de garantia de direitos.

Não se pode negar que, para essas instituições, em especial as ligadas a instituições religiosas, possuem limites em suas atividades no tocante à participação política dos jovens e atuação social que cabe na caminhada das organizações da sociedade civil, por vezes seguem as normativas das religiões a qual são ligadas que podem não apresentar interesse em ver seu público envolvido nessas questões que fogem a suas doutrinas ou orientações de fé.

Após observar algumas falas dessas organizações sociais, acreditamos que, para que a mobilização, a participação política e o protagonismo com a juventude de periferia aconteçam, também é necessário que se oportunize o direito de fala, dê oportunidade

para caminharem juntos a outras possibilidades e que haja uma proposta concreta de transformação diante dessas realidades de desigualdades que segundo Silva e Ximenes (2019, p. 9) “pode[m] emergir a possibilidade do exercício do protagonismo, numa perspectiva interativa e crítica, seja na dimensão pessoal, familiar, social, seja na política.”

Respondendo nossa questão apresentada, constatou-se que as organizações sociais aqui pesquisadas não desenvolvem um trabalho que seja voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas. Há um conflito no entendimento entre os conceitos de protagonismo, participação, mobilização com os trabalhos voluntários, de assistência caritativa desenvolvido por cada OS.

Considerações finais

A presente pesquisa, intitulada *Juventudes periféricas e participação política: qual protagonismo nas organizações sociais no DF?*, elaborou-se em uma tentativa de abordar a relevância do protagonismo social juvenil em contexto de periferia e as indagações nas possibilidades em colaborar no diálogo e na percepção dos efeitos do protagonismo, da participação política e da mobilização dos jovens na sociedade. Teve como objeto de estudo duas organizações sociais (OS) juvenis da periferia de Brasília, uma OS não religiosa e a outra uma instituição religiosa ligada à Igreja Católica.

Ao longo deste estudo, muitas concepções foram trabalhadas e transformadas, à medida que o conhecimento foi sendo apresentado, tornando possível desmistificar conceitos advindos do senso comum em relação ao protagonismo, à participação política e à mobilização da juventude no Brasil e em Brasília. Focar nas organizações sociais da periferia foi muito revelador, pois, a princípio, acreditávamos que as ações desenvolvidas por essas instituições eram caracterizadas como sinais de participação política e protagonismo da juventude.

Pudemos perceber também que essas organizações, mesmo sendo uma religiosa e outra não, têm características bem similares como a de desenvolver ações assistenciais junto ao seu público na tentativa de suprir a falta de investimentos e políticas públicas voltadas à juventude de periferia, acreditando que protagonismo é sinônimo de participação política. Foi possível constatar que essas OSs não desenvolvem um trabalho que seja voltado para o protagonismo, participação política e mobilização com o objetivo de efetivação de políticas públicas. Ainda percebemos que essas organizações não fazem um trabalho voltado para a formação política aos jovens que estão inseridos em suas instituições.

Mesmo não querendo rotular essas entidades, foi possível identificar certo distanciamento das questões

que possibilitassem a criação de políticas públicas em prol da juventude de periferia, mas não se pôde negar o caráter agregador e acolhedor que essas instituições têm em prol dos jovens que estão em suas cidades e bairros e com isso são capazes de voltar seu olhar para as pessoas vulneráveis de seu bairro.

Algo que achamos extraordinário foi a organização religiosa, mesmo com pouca formação política, ter trabalhado para eleger, por duas vezes, um de seus jovens para a cadeira de conselheiro tutelar em sua região, com o intuito de defender os direitos de crianças e adolescentes e de obter mais informações para orientar as famílias em situação de vulnerabilidade assistidas por eles.

Outra questão que nos foi apresentada é o trabalho que a organização não religiosa realiza com sua juventude incluindo um trabalho voltado para o engajamento no empreendedorismo e fortalecimento da participação de seus membros nos esportes, principalmente no futebol, que se apresenta como o esporte mais interessante para o público jovem de periferia.

Uma questão que ainda pode ser investigada é o porquê essas organizações não fazerem um trabalho de formação política e participativa com seus membros, já que uma das motivações para a criação desse organismo é a ausência de políticas públicas e equipamentos públicos que atendam a juventude em suas diversas áreas de necessidade, forçando voluntários comunitários a suprir uma carência que é obrigação do Estado investir. Outro assunto importante seria

descobrir quais os critérios são adotados pelo Estado para selecionar as instituições beneficiadas para receber fomento para desenvolver suas ações nas regiões de periferia do DF.

Algumas questões que foram apenas apresentadas nesse estudo mereciam um estudo mais aprofundado. É o caso do papel da juventude negra inserida nessas organizações, que são uma grande maioria em seu seio, e que por vezes passou despercebida dentro das instituições as quais fazem parte, ou dos jovens que não possuem autonomia para agir junto à comunidade a qual fazem parte. Essas e outras problemáticas ficam abertas à exploração, podendo ser desenvolvidas em trabalhos posteriores a pesquisadores que se interessem por trabalhar protagonismo e participação política dentro dessas organizações sociais de periferia.

Cabe ressaltar que esse estudo não se pautou na erudição, mas abriu o horizonte para se trabalhar na perspectiva de valorizar a importância dessas organizações para as pessoas que vivem na periferia das grandes cidades e a motivação que elas possuem para atender as carências e demandas apresentadas por sua cidade e a população jovens ali inseridos. Esse estudo quer abrir um diálogo entre esses organismos e a sociedade estabelecendo um laço com o coletivo em busca da transformação social juvenil e demonstrar a importância de um compromisso social, dando a possibilidade para que outras pesquisas possam ter como pano de fundo essa pesquisa nesse campo de estudo. ■

Referências

- ATLAS DAS JUVENTUDES. Diretrizes e Bases de política nacional para e com as juventudes. **Repositório do conhecimento IPEA**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4583> Acesso em: 14 jul. 2024.
- BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. Repositório do Conhecimento IPEA, ago. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4583>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**.
- BRASIL DE FATO. **Começa o acampamento da juventude, que reúne em Brasília mais de 2 mil jovens de todo o país**. 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/13/comeca-o-acampamento-da-juventude-que-reune-em-brasilia-mais-de-2-mil-jovens-de-todo-pais>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/08/2013&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=104>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- BRASIL. **Manual de orientação das comissões de jovens da sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) no Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.ssvpbrasil.org.br/source/files/originals/CJ-Manual_de_Orientacao_das_Comissoes_de_Jovens_web-368979.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.
- BUTLER, Udi Mandel; PRINCESWAL, Marcelo. **Culturas de participação**: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. O Social em Questão - Ano XV - nº 27 – 2012 p. 101-126.
- CORREIO BRAZILIENSE. Saiba quem são os power pupils. 11 jan. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/vidaescolar/editorial/2018/01/11/noticia-especial-vida-escolar,652575/quem-sao-os-power-pupils.shtml>. Acesso em: 19 de abr. 2024.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adevil. **Protagonismo Juvenil adolescência, educação e participação democrática**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2006.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003. ISSN 1413-2478.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Censo da população jovem do Distrito Federal**. Brasília, DF: CODEPLAN, 2018.

DOXSEY, Jaime Roy; RIZ, Joelma de. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

ESCOLA DE CAPACITAÇÃO ANTÔNIO FREDERICO OZANAM. ECAFO. **Sociedade São Vicente de Paulo**. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/11213379/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO EDUCAR. Protagonismo juvenil na prática. Guia para educadores. http://www.educardpaschoal.org.br/web/files/files/livros/guia_para_educadores.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da violência 2023. Violência contra a juventude**. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/277/atlas-2023-violencia-contra-a-juventude>. Acesso em: 7 jul. 2024.

OLIVEIRA, R. C. de. Vulnerabilidade social e juventude: um estudo de suas dimensões e impactos. In: Jornada Internacional Políticas Públicas, 8, 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/vulnerabilidadesocialejuventudeumestudodesuasdimensoeseimpactos.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PARTICIPATÓRIO. Observatório Participativo da Juventude. **Agenda Juventude Brasil**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/almanaque-do-participatorio-participatorio-observatorio-participativo-da-juventude/>. Acesso em: 5 maio 2024.

SANDER, Cristiane. Juventude e participação: um processo pedagógico. In: III Congresso Internacional de Pedagogia Social, 3., 2010, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES). Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092010000100004&lng=en&nr-m=abn. Acesso em: 11 ago. 2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Alexandra Maria Sousa; XIMENES, Veronica Moraes. Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. **Pesquisas e práticas sociais**, São João Del Rei, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <http://www.selosocial.com/projeto/5544>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SOARES, Luis Eduardo. **Contemporâneo**. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/53099631>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. Histórico do movimento de juventude vicentina e comissão de jovens na SSVp no Brasil. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/juventude-historia/>. Acesso em: 11 maio 2024.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

SOUZA, Tatiana Yokoy de. Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. In: OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MOREIRA, Paula Cristina Bastos Penna. **Docência na Socioeducação**. Brasília: UnB, 2014. p. 131-146.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, Brasília, jan.-jul, p. 133-160, 2010.

TORO, A. José Bernardo; WERNECK, Nísia N'leria Darute. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.